ORIENTAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS MACRORREGIONAIS DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Objetivos

Conforme Resolução CNS nº 494/2013, as Etapas Macrorregionais da **4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (4ª CNSTT)**, cujo tema central é **"Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado"** e eixo principal **"Implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora"**, ocorrerão no período de 01 de janeiro de 2014 até 31 de maio de 2014, com o objetivo de:

"analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e elaborar propostas para Municípios, Macrorregiões, Estados e União para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os processos produtivos no território e a situação de saúde dos trabalhadores, formais e informais, rurais ou urbanos, e emitirá Relatório da Etapa Macrorregional, juntamente com a lista dos Delegados da Macrorregião eleitos para a Etapa Estadual (Distrito Federal), considerando-se os prazos previstos no Regimento da Conferência Estadual (Art. 3º do RI)".

Vale destacar que a perspectiva estratégica posta para a 4ª CNSTT é de avançar na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em âmbito municipal, regional, estadual e nacional. Essa estratégia pressupõe uma articulação consistente do conjunto de atores envolvidos na sua construção e a pactuação de compromissos em torno de prioridades que permitam consolidá-la *intra* e *inter* setorialmente.

Assim, o documento referencial que será o ponto de partida e foco principal das discussões, é o próprio texto da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, **Portaria MS 1.823/2012**. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html

Para subsidiar o debate, está sendo produzido o Documento Orientador, contendo textos sobre os sub-eixos da Conferência, seguintes:

I - O desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora;

II - Fortalecer a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora;

III - A efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e da intersetorialidade nas três esferas de governo; e

IV - Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos Municípios, Estados e União.

Os debates deverão ter como pauta esses quatro sub-eixos, bem como as propostas finais a serem encaminhadas às demais Etapas (Estadual e Nacional). **O número máximo estipulado no Regimento Interno para encaminhamento da Etapa Estadual para a Nacional é de 12 propostas no total.** Nas Etapas Macrorregionais compete ao Conselho Estadual de Saúde determinar quantas propostas devem ser encaminhadas a Etapa Estadual.

Sugestão de encadeamento dos temas para organização dos debates

1. Contextualização da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

É importante que os participantes compreendam a Política Nacional como resultado de um processo de construção social e histórica. Assim, sugere-se utilizar a apresentação de slides preparada pela Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, contendo os principais pontos da Política. Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/web_4cnst/index.html

2. **Leitura e aprovação do Regulamento da Etapa Macrorregional.**

3. **Leitura dos Regimentos da Etapa Nacional e da Etapa Estadual**, com a finalidade de reforçar os objetivos da 4ª Conferência e ressaltar a importância de transformar em ações as diretrizes e propostas contidas no texto da Política.

4. **Apresentação da metodologia de trabalho**.

Nesse momento, deve-se enfatizar que o documento referencial é o da própria Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O Documento Orientador e textos de apoio darão subsídios aos debates.

A ideia é que os debates privilegiem a análise e o diagnóstico dos temas estruturantes que formam a "espinha dorsal" da Política, com vistas a formular propostas de diversos níveis. A função dos sub-eixos é ajudar a estruturar as análises e propostas, de modo a tornar as discussões mais centradas.

A Comissão Organizadora sugere que seja previsto um momento da Conferência para a sistematização das propostas locais, estaduais e nacionais, bem como para a construção de um plano de ação e uma agenda local para implantação das propostas deliberadas.

A seguir são apresentadas várias questões para cada sub-eixo que poderão ser exploradas no debate com vistas a atingir os objetivos pretendidos.

I – O Desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora.

- Quais são as atividades produtivas predominantes na sua região ou no seu território? Há equidade entre brancos (as) e negros (as), homens e mulheres na remuneração pelo trabalho e nos postos de comando?
- Quais são os principais problemas gerados para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras nos ambientes e na organização do trabalho (levar em conta a jornada; o controle de metas; a avaliação por desempenho, etc.).
- Em quais setores ocorrem maior número de acidentes e doenças ocupacionais?
- Os trabalhadores e trabalhadoras têm acesso a serviços de atenção à saúde para diagnósticos de agravos relacionados ao trabalho e para fundamentar o reconhecimento dos seus direitos previdenciários?
- As fontes de informação (institucionais e não institucionais) disponíveis possibilitam um bom diagnóstico da situação de saúde dos trabalhadores em sua localidade? Quais as facilidades e os entraves existentes para isso?

II – Fortalecer a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

- Que avaliação se faz da atuação dos sindicatos da região para melhorar as condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras? E a de outras organizações de trabalhadores caso existentes no território (associações, cooperativas, etc.)?
- Entidades, organizações e movimentos de trabalhadores têm uma participação significativa nos Conselhos Municipais e Estadual de Saúde e na CIST? Quais as principais pautas ou reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras nesses espaços? É reconhecido o direito de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho? Quais formas organizativas em saúde do trabalhador existem nesses locais?
- Qual a atuação dos gestores municipais em relação aos serviços e programas de saúde do trabalhador dentro das empresas?
- Além do SUS, os trabalhadores e suas organizações participam de outras instituições governamentais relacionadas com a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras? Quais? Há formas de ampliar a participação nesses outros espaços?
- É necessário desenvolver programas de formação para o controle social? Em caso positivo, quais as questões que deveriam abordar?

III – Efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersetorialidade nas três esferas de governo.

- Quais são as principais instituições e atores sociais de sua localidade que poderiam contribuir na implementação da Política de Saúde do Trabalhador?
- Como estão estruturadas localmente as ações de vigilância em saúde do trabalhador? Qual o balanço quantitativo e qualitativo destas ações?
- São feitos com regularidade levantamentos sobre a situação dos setores produtivos para definir as ações prioritárias de vigilância?
- São feitas notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores com regularidade? Quais as facilidades e dificuldades? Quais os principais agravos?
- As três esferas da saúde são envolvidas: (1) na identificação das necessidades e na realização de análises da situação de saúde dos trabalhadores de sua área de

abrangência (2) na atenção às demandas e problemas da saúde do trabalhador no território?; (3) na realização de ações de vigilância em saúde do trabalhador?

- Qual a participação do controle social no planejamento, na realização e na avaliação das ações de vigilância em saúde do trabalhador no território?

IV – Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos municípios, Estados e União.

- Qual a contrapartida dos gestores estaduais e municipais nos recursos necessários para o desenvolvimento das ações da área de saúde do trabalhador?
- Como tem sido feita a gestão dos recursos destinados à saúde do trabalhador nos municípios, nos estados e na união?
- Qual o papel desenvolvido pelos CMS, CES e CIST na aplicação dos recursos para a saúde do trabalhador?

5. Propostas (locais, regionais, nacionais) e Plano de ação:

- Repassar e referendar o conjunto de propostas aprovadas para cada eixo;
- Identificar quais são os principais pontos críticos regionais que podem impedir ou dificultar a implementação das propostas locais ou regionais;
- Definir ações para superar as dificuldades identificadas, com prazos e responsáveis pela sua execução (agenda local).